

A produção das favelas e das ocupações irregulares numa Cidade Média: o caso de Campina Grande – PB - Brasil¹

Resumo

As cidades médias caracterizam-se por possuírem uma combinação entre tamanho demográfico, funções urbanas e organização do espaço intra-urbano em que estas assumem um papel intermediário entre cidades maiores e menores.² A industrialização e a urbanização no/do Brasil vêm crescendo e se expandindo para as cidades pequenas e médias, devido ao modo de produção flexível é possível organizar o sistema produtivo capitalista de maneira descontínua espacialmente em relação ao território nacional e aos incentivos fiscais destinados ao Nordeste. Sendo assim, atualmente, as cidades médias estão sendo procuradas pelas empresas, por que estas encontram nesses centros urbanos condições mais favoráveis para a lucratividade em relação às metrópoles, devido à mão-de-obra mais barata e acessível, proximidade com a matéria-prima e ao menor fluxo de transportes nas rodovias. A atuação de empresas e indústrias tecnológicas no campo modifica as relações de trabalho e provocam o aparecimento de problemas nas cidades. Ao exemplo da mecanização da agricultura já não se faz necessário uma numerosa mão-de-obra, portanto os produtores e moradores locais do campo acabam sendo expulsos devido à falta de condições de competir com a tecnologia das empresas. A população do espaço rural migra para os centros urbanos, dessa maneira, perdendo sua propriedade, seu trabalho, sua forma de sobrevivência, enfim sua dignidade, quando chegam à cidade. Grande parte desta não encontra emprego e nem moradia, sem condições alguma, resta apenas, lutar pela sobrevivência na periferia da cidade em moradias precárias e subumanas construídas, muitas vezes, pelos próprios moradores, com materiais encontrados nas ruas e nos lixões. Portanto, com a centralização de atividades administrativas pelas grandes cidades, a desconcentração das forças produtivas e a inserção da tecnologia na agricultura, muitas cidades médias estão crescendo, porém não estão se desenvolvendo. Campina Grande vem crescendo muito nos últimos anos a partir de sua industrialização e urbanização, desde as décadas de 1940-60 com a intensa produção e comercialização do algodão ocorreu uma reorganização do seu espaço urbano originando a formação de duas zonas industriais, uma a noroeste da cidade ao lado do eixo rodoviário da BR 230 e a outra a sudeste, próxima à estação ferroviária ao longo do eixo rodoviário da BR 104, mais recentemente na década de 80 foi construído um Parque Tecnológico na cidade que promove a criação de empresas de base tecnológica, a difusão da informação e a capacitação técnico-científica, dessa forma, cada vez mais a cidade vem vivenciando um crescimento econômico. Porém, esse crescimento não está sendo acompanhado por um desenvolvimento social, pois é possível observar um espraiamento da cidade com o aparecimento de grandes ocupações irregulares e precárias causadas pela atração de pessoas vindas de regiões próximas a Campina Grande em busca de emprego, educação, saúde e melhores condições de vida, com isso a cidade em estudo começa a apresentar os mesmos problemas das grandes metrópoles, só que em menores proporções. A

¹ Esta pesquisa está inserida no Projeto de Iniciação Científica da UFPB orientado pela professora Dr. Doralice Sátyro Maia, como também, faz parte de um projeto maior intitulado **Cidades médias brasileiras: agentes econômicos, reestruturação urbana e regional**, do qual participam profissionais associados a outros grupos de pesquisa, que compõem a rede de pesquisadores sobre cidades médias (ReCiMe), coordenado pela Professora Dra. Maria Encarnação Sposito.

² CORRÊA, R. L. Construindo o conceito de Cidade Média. In: SPOSITO, M. E. B. Cidades Médias: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 23.

dificuldade de acesso à terra urbana e à habitação pelos meios regulares conduz as pessoas a ocuparem irregularmente terrenos públicos ou privados abandonados, encostas e viadutos, criando assim as favelas, a qual passa a ser a única forma encontrada por estas pessoas de permanecer no espaço urbano. Logo, este trabalho propõe-se a investigar o processo de periferização da cidade de Campina Grande a partir da produção de aglomerados urbanos como as favelas e as ocupações irregulares. Dessa maneira, uma das nossas primeiras atribuições foi a de localizar as áreas que apresentam a conformação e características dos aglomerados citados. Coletamos algumas informações relativas às favelas e ocupações em algumas instituições públicas, as quais consideramos que poderiam nos oferecer dados ou mostrar conhecimento sobre o nosso objeto de estudo. A partir desse material pretendemos desvendar como se deu e vem se dando o processo de produção e expansão dessas habitações precárias, bem como entender as razões que fazem com que haja o crescimento desses aglomerados nas cidades médias brasileiras e particularmente em Campina Grande. Nos procedimentos metodológicos foi realizada inicialmente uma investigação bibliográfica, na qual consultamos os acervos das bibliotecas públicas da UFPB, UEPB e UFCG, bibliotecas particulares e na Internet. Contudo, a nossa investigação se deu principalmente a partir da realização de trabalhos de campo. Visitamos as sedes dos órgãos públicos como a SEPLAN (Secretaria do Planejamento da Prefeitura Municipal de Campina Grande), a CEHAP (Companhia Estadual de Habitação Popular) e o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em Campina Grande. Outros trabalhos de campo foram feitos com o intuito de reconhecer as áreas periféricas da cidade, neste momento tentamos localizar e mapear as áreas que se mostravam com características de aglomerados precários, ou como o IBGE denomina, aglomerados subnormais. Além do trabalho de campo realizamos várias leituras sobre os temas: cidades médias; favelas; habitação; periferia; desigualdade sócio-espacial. Realizamos ainda diversas pesquisas na Internet, averiguando informações disponíveis em sites como o do Ministério das Cidades, da Prefeitura Municipal de Campina Grande e do Governo do Estado da Paraíba.

Introdução

Este trabalho tem como objetivo principal analisar o processo de periferização da cidade de Campina Grande, bem como identificar as áreas onde se encontra a presença de ocupações irregulares e de favelas. Ainda que, a administração atual da cidade ateste para a não existência de favelas, no Plano Diretor Municipal podemos observar a presença de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), além de que se encontra em Campina Grande diversas áreas da cidade ocupadas por bairros populares, conjuntos habitacionais construídos pelo governo, favelas e ocupações irregulares, dessa forma, a partir de informações encontradas no site da Prefeitura Municipal de Campina Grande entendemos que esta vem desenvolvendo uma política de urbanização das áreas precárias. Para desenvolver a pesquisa consultamos órgãos públicos como o IBGE, a CEHAP e a SEPLAN; realizamos pesquisas em sites como o da Prefeitura Municipal de Campina Grande, o Ministério das Cidades e do Governo do Estado da Paraíba. No entanto, a base para construção desse trabalho se constituiu de observações in lócus, em que procuramos detectar as aglomerações subnormais e caracteriza-las. Este escrito está organizado em três partes, de maneira a facilitar a compreensão sobre o assunto abordado. Num primeiro momento, construímos uma discussão sobre o objeto em estudo, as favelas e as ocupações irregulares, utilizando vários conceitos obtidos de autores como Rodrigues (2003), Santos (1981) e Martins Júnior (2006) e de instituições públicas como o IBGE. Por conseguinte, foi relatado como se deu o processo de

periferização em Campina Grande, mostrando a importância dos incentivos na industrialização, a partir da década de 50, para o processo de migração de pessoas para os centros urbanos, como também para cidades médias e pequenas. Outra questão desenvolvida foi com relação às disparidades entre as classes sociais que gera uma desigualdade sócio-espacial, presenciada na cidade a partir da segregação entendida como uma conformação centro-periferia. Numa terceira parte, voltamos nossa pesquisa para a análise de dados e a identificação de áreas com favelas e ocupações irregulares. Por fim, não podemos perder de vista a importância do planejamento urbano que é o eixo norteador do crescimento das cidades, no qual a partir das informações obtidas estabelecem as zonas de adensamento prioritário e as tão importantes ZEIS que são formas de organização e legalização das comunidades que existem de fato, mas não de direito, entende-se que essas áreas carentes da cidade sejam beneficiadas pela administração municipal, de forma legal e planejada, com infra-estrutura e serviços urbanos.

Discussão acerca do conceito de favela

Num primeiro momento, sentimos a necessidade de destacar como o objeto de estudo, nesse caso as favelas e as ocupações irregulares, são definidas e caracterizadas pelos estudiosos que se debruçam em assuntos relativos à problemática da falta de moradia, da espoliação urbana, da segregação espacial, da exclusão social e da periferização das cidades. Foram encontradas diversas designações atribuídas às favelas, utilizadas pela mídia ou mesmo em alguns textos descomprometidos, dentre essas denominações, Rodrigues (2003, p. 36) cita: “invasões de terras alheias, apropriação indevida de vazios urbanos, câncer urbano”. Órgãos institucionais como o IBGE as denominam de aglomerados subnormais, outrem as consideram de ocupações irregulares. Entretanto, a mesma autora, Arlete Rodrigues distingue as duas formações de aglomerados urbanos. As favelas embora também se constituam em ocupações, são produzidas a partir da ação individual, em um processo lento em que as famílias vão aos poucos construindo as suas residências em áreas públicas ou privadas. Já as ocupações, segundo a autora, se dão a partir de uma decisão comunitária, com planejamento da ação e de forma conjunta. As ocupações são feitas também em áreas públicas ou privadas, mas muito rapidamente, normalmente durante uma noite. Todavia, tanto as favelas quanto as ocupações irregulares, como também os loteamentos clandestinos, conjuntos habitacionais e os cortiços se encontram geralmente localizados à margem das cidades, nas grandes periferias, sem o direito ao acesso legal de determinados serviços públicos que a cidade oferece em seu núcleo privilegiado.

Conforme, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), utilizado por grande parte dos estudiosos como base referencial e estatística, um aglomerado subnormal “é um conjunto constituído por um mínimo de 51 domicílios, ocupando ou tendo ocupado até período recente, terreno de propriedade alheia, pública ou particular, dispostos, em geral, de forma desordenada e densa, e carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais.” Embora seja empregado em muitas pesquisas e seja de grande proveito, esse conceito possui certa limitação, na medida que se estabelece um número preciso de habitações necessário para constituir um aglomerado subnormal, logo termina prejudicando os resultados do trabalho.

Ao estudar a morfologia do tecido urbano, Milton Santos trata das favelas, afirmando que este tipo de habitação é o mais estudado em países subdesenvolvidos. E procede expondo as características básicas que estigmatizam essas aglomerações. Nesse sentido, Santos (1981, p. 179) destaca que as favelas geralmente se fixam em terrenos

de pouco valor aquisitivo, impróprios para a construção e localizados em áreas periféricas longe do centro de aglomeração, embora possam existir agrupamentos mais antigos no próprio centro da cidade. Em seguida o autor define a favela como um “habitat clandestino” que se instala em terrenos públicos ou abandonados. Acrescenta: “Quanto à infra-estrutura e à qualidade da construção, são praticamente nulas, face ao caráter ilegal da instalação e, principalmente, ao nível de renda dos habitantes: raras fontes públicas, eletricidade quase sempre inexistente, falta de esgoto, etc.” (SANTOS, 1981, p. 180) Santos ressalta também que, geralmente, os habitantes que buscam moradias nas favelas, estabelecendo-os como “recém-imigrantes, com qualificação profissional quase nula, e gente sem fontes fixas de renda.” (SANTOS, 1981, p.179) Assim como Milton Santos, Martins Júnior ao explicar as características das favelas, destaca a população que vive nestas aglomerações, caracterizando-a como “pessoas pobres que não possuem moradia ou que vêm do interior do estado ou de outras áreas sem condição de adquirir casa própria e que seus domicílios estão em áreas não apropriadas” (MARTINS JÚNIOR, 2006, p.70).

Analisando as conceituações observamos que as favelas constituem-se de aglomerações de habitações precárias localizadas na periferia que se encontram fora dos padrões urbanísticos, pois são ocupadas espontaneamente por pessoas pobres sem condições de adquirir uma casa própria e não possuem serviços públicos como saneamento básico, coleta de lixo, abastecimento de água, energia, etc. Além disso, verificamos que em todas as definições, algumas de maneira mais explícita que outras, a ilegalidade na ocupação das terras foi colocada como marca que caracteriza as favelas e que as distingue de outros tipos de habitação popular como os loteamentos clandestinos e irregulares, os conjuntos habitacionais e bairros populares.

Processo de periferização na cidade de Campina Grande

A partir das décadas de 1960-1970, as cidades brasileiras passaram por um intenso e acelerado processo de urbanização. Nesse momento, houve grandes investimentos realizados pelo poder público nas atividades industriais, pois era necessário desenvolver o Brasil e inserir a região Nordeste na economia nacional. Dessa forma, foi criada a SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) e com a atuação desta várias empresas e indústrias localizadas, principalmente na região Sudeste, começaram a investir no Nordeste. Com isso, se deu a expansão de médias e grandes cidades, dentre elas, Campina Grande. Essa cidade a partir da década de 1950 recebe incentivos a partir da SUDENE para investir em industrialização, conseqüentemente surgem várias indústrias nacionais e internacionais na cidade e são estabelecidos dois distritos industriais. Na década de 1980 é criado em Campina Grande um dos quatro primeiros parques tecnológicos do país com o objetivo de prover a cidade com o avanço científico, tecnológico e a promoção do empreendedorismo inovador. A expansão da cidade e o crescimento do número de empregos atraiu um grande contingente de pessoas vindas de pequenas cidades e do campo, as quais vieram em busca de uma melhoria de vida no espaço urbano. Assim, verificamos a partir da tabela abaixo, uma alta taxa de crescimento populacional para década de 80 quando houve grandes incentivos à industrialização de Campina Grande.

Evolução da população de campina grande do ano de 1970 ao de 2007

População de campina grande nos anos de;	População urbana	População rural	Taxa de crescimento anual %	Total
Contagem de 2007	-	-	0,62	371.060
2000	337.484	17.847	0,76	355.331
1996	326.016	18.714	1,1	344.730
1991	307.468	18.839	2,53	326.307
1980	228.182	19.645	2,41	247.827
1970	167.335	27.968	-	195.303

Fonte: IBGE, Censo demográfico.

Apesar da difusão dos valores urbanos pelos meios de comunicação e pela elite e do desejo das populações rurais de encontrarem na cidade melhores condições de vida e de trabalho, a população pobre esbarrou com diversas dificuldades e restaram, apenas, formas precárias de lutar pela sua sobrevivência na cidade. Logo, a população ao chegar às cidades não encontrou habitação acessível e a solução foi ocupar os espaços vazios, públicos ou/e privados, e as áreas desvalorizadas, como os morros e vales de rios. Por conseguinte, no final do século XX as grandes cidades já revelavam espaços marcados pela desigualdade, pela segregação e pela exclusão de milhares de pessoas, as quais sofrem diante da pobreza, porém continuam sobrevivendo e lutando pelo direito à cidade, mesmo habitando favelas e estando sujeitas às enchentes, desmoronamentos, violência e epidemias.

Então, nesse momento com as aglomerações habitacionais irregulares e precárias se espalhando pelo território brasileiro, começou a se formar o que os autores chamam de cidade informal. Segundo Fernandes (2004, p. 17), compreende-se por cidade informal os espaços geralmente localizados na periferia procurados por pessoas de baixa renda para residir. De modo geral, constitui-se de bairros populares, vilas, cortiços e favelas, os quais possuem em comum a falta de infra-estrutura necessária como rede de esgotos e de abastecimento de água, energia elétrica, coleta de lixo, etc. Na edificação dessa parte da cidade observa-se a ausência do Estado e o total esforço da classe pobre e trabalhadora, que para permanecer na cidade e resolver o problema da falta de habitação recorre à técnica da autoconstrução, “trabalhando nos fins de semana, ou nas horas de folga, contando com a ajuda de amigos ou parentes, ou contando apenas com a própria força de trabalho (marido, mulher e filhos)” (MARICATO, 1982, p.73)

Embora o aumento das favelas tenha ocorrido inicialmente nas metrópoles, devido ao poder de atração exercido por estas, já que nesses centros urbanos se concentraram o maior número de pessoas, de atividades produtivas e de serviços. Com a expansão do capitalismo e a reorganização da produção baseada na globalização da produção e do consumo³, procurando mais facilidades e lucros, as cidades médias vêm assumindo um papel dinâmico atraindo empresas de destaque que se interessam em investir nessas cidades por estarem próximas aos grandes contingentes populacionais, pela proximidade com o mercado de consumo, por possuírem boas rodovias com menos movimentação, por se aproximarem das matérias-primas, etc. Dessa maneira, as cidades médias tem atraído muitas pessoas, que conseqüentemente tem favorecido ao

³ ELIAS, Denise. Novas dinâmicas territoriais no Brasil agrícola. In: Cidades Médias: produção do espaço. São Paulo: Expressão Popular, 2006. ELIAS, Denise. Agricultura e produção de espaços urbanos não-metropolitanos: notas teórico-metodológicas. In: Cidades Médias: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

crescimento da favelização nessas cidades. Verifica-se, portanto, um crescimento populacional e econômico das cidades médias em contrapartida com uma diminuição das grandes metrópoles brasileiras que passaram a ter taxas de crescimento cada vez menores.

É necessário destacarmos que a periferização das cidades não ocorre apenas devido à atração de pessoas vindas do campo e de pequenas cidades. A produção do espaço em si, em especial do urbano, acontece de maneira desigual, por que as classes dominantes detentoras das forças produtivas articuladas ao Estado produz uma cidade planejada, sócio-espacialmente desigual e segregada, em que as elites residem em áreas privilegiadas e centrais desfrutando dos serviços públicos e as populações pobres são afastadas para áreas marginais e precárias sujeitas a viver de forma desumana. “Por conseguinte, a partir desse modelo de cidade, é possível delimitarmos no espaço intra-urbano as marcas das desigualdades socioespaciais: numa porção, os bairros mais “nobres”, onde há maior concentração das classes média e alta; e, bem “acolá”, distantes, os bairros mais populares, concentrando uma grande parcela dos trabalhadores assalariados de baixa renda.” (ARAÚJO, 2006, p. 48)

À medida que há um grupo que tem a posse dos meios de produção, há outro grupo formado pelos trabalhadores assalariados, o qual depende desta primeira para sobreviver, já que não tem os meios de produção nem capital para investir. Além dos trabalhadores assalariados, ainda tem aqueles considerados biscateiros que trabalham por conta própria para sobreviverem, como carregadores de compras em carros de mão nas feiras, camelôs vendendo produtos variados nas ruas, ajudante de pedreiro em construções, etc. A população pobre é forçada a habitar áreas distantes do centro das cidades por não terem condições de adquirir um imóvel regularmente, ou seja, são expulsos pela classe dominante e o dinheiro que conseguem no fim do mês é utilizado em grande parte na autoconstrução de suas moradias em terrenos irregulares, para essa população “a favelização é um expediente necessário para sobreviver na cidade”. (KOWARICK, 1993, p. 94).

Favelas e ocupações irregulares em Campina Grande

Segundo a Fundação João Pinheiro (FJP), a qual buscamos dados sobre a falta de moradia em Campina Grande, entende-se como déficit habitacional a noção mais imediata e intuitiva de necessidade de construção de novas moradias para a solução de problemas sociais e específicos de habitação detectados em certo momento. Também, conforme essa instituição pode se considerar fazer parte dos números correspondentes ao déficit habitacional: os domicílios rústicos, os domicílios improvisados, a coabitação familiar, as famílias conviventes secundárias, os cômodos alugados e cedidos (coabitação disfarçada) e o ônus excessivo com aluguel. A partir desse esclarecimento sobre o déficit habitacional, podemos revelar os dados sobre a cidade em estudo.

Tabela - Déficit Habitacional em Campina Grande para o ano 2000								
Déficit Habitacional Básico						Domicílios Vagos		
Absoluto			% do Total dos domicílios					
Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
12.547	11.755	792	13,97	13,73	18,75	10.173	9.309	864

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

Analisando os dados acima, podemos constatar uma grande deficiência no âmbito da moradia no município de Campina Grande, já que dos 355.331 domicílios existentes (total), 12.547 são considerados precários constituindo o déficit habitacional do município. Observa-se também que há um número bastante considerável de 10.173 domicílios vagos, ou seja, quase a quantidade do número de moradias necessária, assim, verifica-se a importância desses tipos de moradia no município não apenas por representarem 13,97 % e também por demonstrarem como o espaço urbano do município é o símbolo de tal desigualdade.

Numa de nossas primeiras idas a campo, detectamos a gravidade do problema do déficit habitacional em Campina Grande, quando observamos uma ocupação irregular localizada no bairro Santa Rosa, mais precisamente num terreno público que pertence ao estádio Meninão e no qual deveria ter sido construído infra-estruturas para a prática de esportes. O aglomerado nos chamou atenção devido às más condições em que viviam as famílias, habitando moradias construídas com papelão e restos de materiais encontrados nos lixões. Conforme, as pessoas que moram neste aglomerado, elas não tem nenhuma moradia e nem condições de obter uma, e quando chegaram lá já havia outros moradores. Numa conversa informal com uma das moradoras, esta confirmou que havia comprado o barraco em que morava por 200 reais, ao examinar esse barraco deduzimos que o mesmo constituía-se de papelão, madeira, plásticos e o chão era de barro batido. Abaixo podemos observar duas imagens dessa ocupação, obtidas a partir de trabalho de campo realizado no dia 19/08/2009:



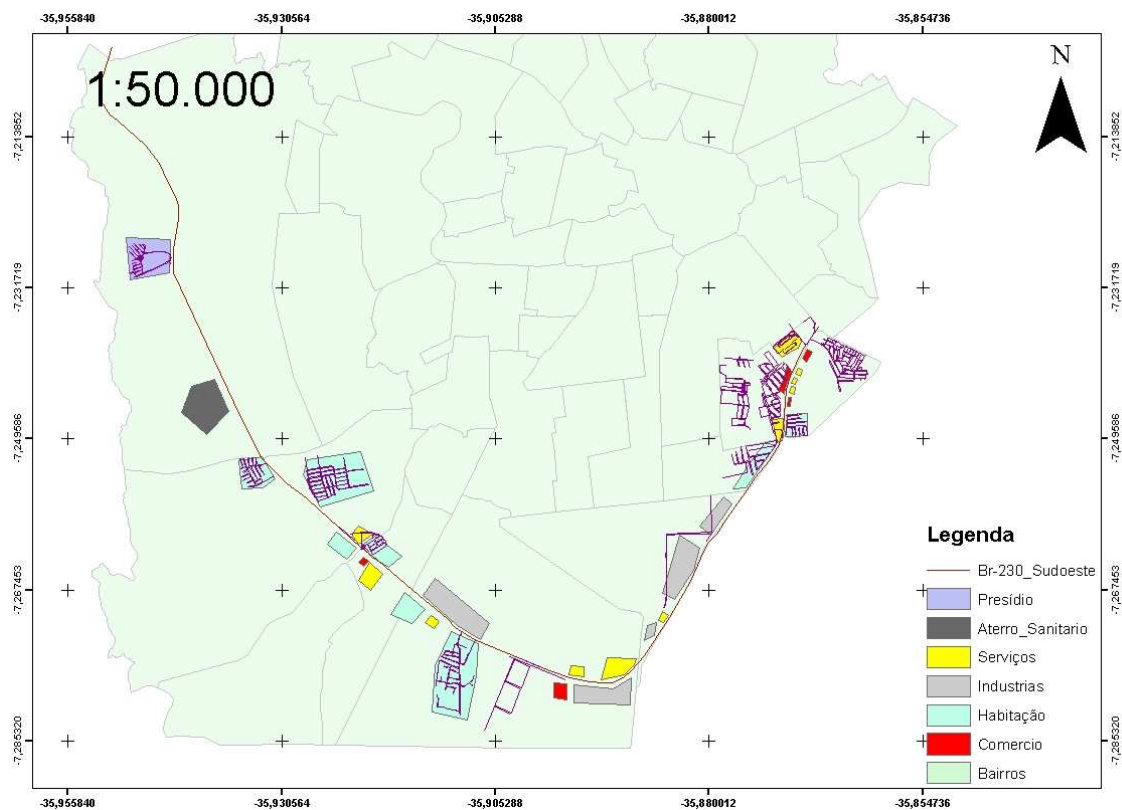
Fonte: Yure Silva Lima



Fonte: Yure Silva Lima

Com base nas atividades realizadas em campo e nos dados coletados nos órgãos o qual recorreremos como IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), CEHAP (Companhia Estadual de Habitação Popular) e a SEPLAN (Secretaria de Planejamento de Campina Grande), observamos que as populações de baixa renda estão habitando a periferia da cidade, em que como averiguamos se concentra em grande parte nas imediações da alça-sudoeste da BR 203, que contorna a cidade no sentido leste-oeste, abrangendo a porção sudoeste da cidade.

Alça sudoeste da BR 203 em Campina Grande



Fonte: Elaborado por Kauê Rolim

É também nesse trecho, segundo a assistente social da CEHAP - coordenadora do programa Pró-moradia – Maria Eulâmpia, que estão sendo construídos os conjuntos habitacionais, onde algumas moradias já foram entregues, como os conjuntos Bairro das Cidades, Três Irmãs, Colinas do Sol e o Novo Cruzeiro.

Com a explanação da realidade da falta de moradia em Campina Grande a partir dos números referentes ao déficit habitacional no município e de observações in lócus, como a que foi realizada no aglomerado subnormal localizado no bairro de Santa Rosa. Iremos fazer uma análise geral mostrando os aglomerados subnormais identificados em Campina Grande pelo IBGE e a realidade das pessoas que habitam esses espaços.

Zonas censitárias classificadas pelo IBGE como aglomerados subnormais em Campina Grande	Domicílios particulares permanentes	Rendimento nominal mensal por pessoa responsável por domicílio particular permanente	Média do ano de estudo das pessoas responsáveis pelos municípios particulares permanentes	Média do número de moradores em domicílio particular permanente
Catolé	151	165,9	3,1	4,35
Catolé	203	108,5	2,2	4,2
Centenário	286	192	2,9	4,2
Monte Castelo	258	131,3	1,85	4,3
Monte Castelo	217	110,9	1,4	4,3
Universitário	269	159,8	3,2	4,3
Araxá	307	188,2	2,4	4,26
Nova Brasília	170	95,75	1,7	4,12
Vila Cabral	80	305,1	3,6	3,9
Dinamérica	85	217,0	3,7	3,8
Pedregal	242	91,9	2,6	4,3
Pedregal	212	151,5	2,37	4,3
Pedregal	193	138,7	2,1	4,7
Pedregal	293	178,51	2,67	4,16
Pedregal	256	163,7	2,58	4,12
Pedregal	224	131,39	1,83	3,91
Pedregal	280	122,14	2,58	4,18
Pedregal	208	184,7	2,34	4,50
Pedregal	250	270,36	3,16	4,3
Acácio Figueiredo	238	157,14	2,52	4,12
Acácio Figueiredo	213	285,79	2,78	4,18
Cidades	187	109,8	2,0	3,88
Malvinas	270	184,35	3,39	4,14
Malvinas	323	174,16	2,68	4,29
Malvinas	263	227,39	3,364	4,47
Não existe / não identificado *	41	124,04	1,12	3,70
Não existe / não	101	174,28	2,29	3,96

identificado *				
	217	185,48	3,04	4,17
	Total 6.037	Média de 169	Média de 2,55	Média de 4,19

Fonte: Elaborada a partir do Censo Demográfico do IBGE (2000)

* Aglomerado rural de extensão urbana

O IBGE classifica como aglomerados subnormais 27 setores censitários em Campina Grande, em geral estes apresentam uma média de 4,19 moradores por domicílio sendo esta média um pouco maior nos setores referentes ao bairro do Pedregal onde se verifica o maior número de residências do tipo subnormais. Também não se pode deixar de observar a correlação existente entre o tempo em que os moradores responsáveis pelos domicílios subnormais passaram estudando e suas respectivas rendas, os quais são números muito baixos, a média do ano de estudo das pessoas estão em torno de 2,55 anos e as rendas por pessoa corresponde a 169 reais, o que demonstra a necessidade de investimentos em busca de uma justiça social que amenize as desigualdades apresentadas no município de Campina Grande. Além desses dados alarmantes, verificamos os bairros onde se encontram as zonas censitárias com as áreas subnormais e constatamos que estas áreas, como já havíamos colocado anteriormente, se encontram distante do centro e estão localizadas em áreas periféricas próximas a alça sudoeste da BR 203 com exceção do Centenário, Universitário, Pedregal e Araxá que se localizam mais próximas a área central.

Janice Perlman e o Renato Pequeno, embora com perspectivas diferentes, mostram que o Estado tem enfrentado o “problema” da favela desde seus primórdios a partir da implantação das políticas habitacionais. Segundo Perlman (1977, p. 42) e Pequeno (2008), a primeira dessas políticas é a remoção e o reassentamento distante. Nessa perspectiva, a favela é considerada uma aglomeração patológica onde se amontoam de maneira desordenada vagabundos, desempregados, mulheres e crianças abandonadas, ladrões, bêbados e prostitutas. Uma segunda política adotada foram as práticas assistencialistas em que a favela é considerada locus da miséria e vista como uma calamidade inevitável. Nesse caso, essas ocupações se tornam alvo de intervenções parciais e fragmentadas com a realização de programas paliativos como a distribuição de alimentos e roupas, a organização de centros de saúde, clubes de mães, etc. Prática esta bastante utilizada pelos políticos para conseguir votos. A terceira prática consolida-se na legalização e na urbanização das favelas e das ocupações. Nessa situação, há a formulação de intervenções integradas, abrangendo regularização fundiária, desenvolvimento sócio-ambiental, fortalecimento comunitário e direito à cidade e à moradia.

Nesse contexto, vale ressaltar que verificamos algumas ações realizadas pelo poder público em Campina Grande visando erradicar o problema da falta de moradia e da desigualdade social. Recentemente no período entre 2007/2008, a CEHAP realizou o reassentamento de 670 famílias, as quais moravam na favela Cachoeira, as pessoas que ali habitavam, segundo a assistente social do Programa Pró-moradia, viviam em condições subumanas habitando casas de taipa e papelão, sem nenhuma condição de higiene. O reassentamento se deu a partir da construção dos conjuntos Glória I e II. A prefeitura, no entanto, tem investido na legalização e na urbanização das áreas deficientes e precárias. Segundo a SEPLAN, algumas áreas estão sendo priorizadas na regularização são elas: Nossa Senhora Aparecida, Sonho Meu, Pedregal, Conjunto Austro França e Jardim Borborema III.

Considerações a cerca do planejamento urbano

Não podemos negar também a importância do planejamento urbano para a constituição do espaço urbano, Souza (2006) vai estabelecer uma diferenciação entre planejamento e gestão, em que o planejamento adquire grande importância, pois planejar sempre remete ao futuro e gestão esta sempre se referindo ao tempo presente. Portanto, “Negar o planejamento é negar a possibilidade de escolher o futuro, é aceita-lo seja ele qual for” (MATUS apud SOUZA, 2006, p.47). Para Souza, planejamento é uma ferramenta necessária para se buscar justiça social e qualidades de vida amparadas pela autonomia tanto coletiva como individual em busca de espaços mais igualitários. A forma mais evidente do planejamento é o plano diretor de uma cidade e as considerações a cerca das zonas de ocupação que podem ser zonas de adensamento prioritário que dispõe de infra-estrutura e recursos para ocupação imobiliária e zonas de adensamento não prioritário onde a prefeitura tende a impor restrições às ocupações além das áreas de proteção ambiental e as já citadas ZEIS. Assim o plano diretor de Campina Grande prevê a criação de 17 ZEIS, que são: Califon/Estação Velha, Catingueira/Riacho do Bodocongó, Invasão de Macaíba/Novo Horizonte, Invasão de Santa Cruz, Invasão do Alto Banco, Invasão do Pelourinho, Invasão do Verdejante, Invasão de Brotos, Três Irmãs, Vila de Santa Cruz, Novo Cruzeiro, Catolé de Zé Ferreira, Jardim Europa, Invasão Ramadilha II, Pedregal, Jeremias e Nossa Senhora Aparecida.⁴ Com isso estima-se que 20 mil famílias tendem a ser beneficiadas, caso realmente se destinem políticas que busquem dotar essas áreas de infra-estrutura e regulamentações que garantam a manutenção dessas famílias nesses lugares.

Considerações Finais

O objetivo deste trabalho foi fazer uma análise inicial sobre as condições de moradia da população de baixa renda, identificando as principais áreas consideradas como aglomerados subnormais, suas características e relacioná-las as possíveis políticas habitacionais realizadas pelo governo estadual e municipal. Para compreendermos o assunto e embasarmos teoricamente o trabalho realizamos pesquisas bibliográficas utilizando autores que trabalham com a questão habitacional. Posteriormente, recorremos a dados e informações que pudessem ser fornecidos pelos órgãos públicos, e em seguida, realizamos algumas idas a campo para fotografarmos as áreas com favelas e ocupações irregulares, como também realizamos algumas entrevistas e anotações. A partir do material coletado podemos constatar que Campina Grande, também, por se constituir como uma cidade média tem alcançado um grande crescimento populacional e econômico, o qual tem demonstrado a presença de outros problemas considerados de grandes cidades, como o déficit habitacional. Com base no material coletado e nas observações realizadas in lócus verificamos alguns bairros de Campina Grande onde possuem áreas com a presença de favelas e ocupações irregulares, destacam-se: Malvinas, Pedregal, Dinamérica, Acácio Figueiredo, Vila Cabral, Nova Brasília, Araxá, Universitário, Monte Castelo, Catolé, Nossa Senhora Aparecida, Sonho Meu, Pedregal, Conjunto Austro França e Jardim Borborema III. Também foram observadas a existência de políticas habitacionais fundamentadas na construção de conjuntos habitacionais para a relocação de pessoas que moram em áreas de risco, um exemplo,

⁴ Informação retirada do site:

<http://portaldes.pmcg.pb.gov.br/index.php?page=206&a=345>

foi o reassentamento da população que habitava a favela da Cachoeira; a regularização e urbanização de áreas deficientes em infra-estrutura, como por exemplo o bairro do Pedregal. Além das políticas habitacionais, relatamos a delimitação das ZEIS pela prefeitura como uma das maneiras de planejamento visando diminuir a existência de áreas precárias e as dificuldades enfrentadas pela população de baixa renda. Por fim, consideramos que esta pesquisa ainda possui um caráter inicial e precisa ser desenvolvida com uma análise mais aprofundada dos dados coletados e discussão abrangendo as opiniões tanto dos órgãos públicos como as dos moradores dessas áreas.

Referências bibliográficas:

ARAÚJO, Luciana Medeiros de. **A produção do espaço intra-urbano e as ocupações irregulares no Conjunto Mangabeira, João Pessoa – PB.** 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia), João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba/CCEN.

ELIAS, Denise. **Novas dinâmicas territoriais no Brasil agrícola.** In: Cidades Médias: produção do espaço. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

ELIAS, Denise. **Agricultura e produção de espaços urbanos não-metropolitanos: notas teórico-metodológicas.** In: Cidades Médias: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FERNANDES, Lucelena Muniz. **Segregação socioespacial em João Pessoa – PB: O caso do Bairro São José.** 2004. Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA, João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba.

FERNANDES, Silvia Aparecida de Sousa. Políticas habitacionais em Presidente Prudente. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Org). **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média.** Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2001. P. 157-182.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

MARICATO, Ermínia. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial.** São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

MARTINS JÚNIOR, Everaldo Virgínio. **O processo de ocupação e as questões sociais no bairro de São Bento em Bayeux – PB.** 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia), João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba/CCEN.

PEQUENO, Renato. Políticas habitacionais, favelização e desigualdades sócio-espaciais nas cidades brasileiras: transformações e tendências. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales.** Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2008, vol. XII, núm. 270 (35). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-270/sn-270-35.htm>> [ISSN: 1138-9788]

PERLMAN, Janice E. **O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. São Paulo: Contexto, 2003.

SANTOS, Milton. **Manual de geografia urbana**. São Paulo: HUCITEC, 1981.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

Sites pesquisados:

Prefeitura Municipal de Campina Grande

<http://seplan.pmcg.pb.gov.br/imagens/menu_links.htm> acesso em 02/02/2009

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

<<http://www.ibge.gov.br/>> acesso em 02/02/2009

Companhia Estadual de Habitação Popular

<<http://server.ew3servers.com/~cehap/home.php>> acesso em 02/02/2009